M A N I F E S T O (II)

Outra vez os incêndios florestais!

O **Manifesto Pela Floresta Contra a Crise**, entregue ao Governo e à Comissão Parlamentar de Agricultura e tornado público em Setembro de 2011, apelou à mobilização da sociedade portuguesa em defesa da floresta. Os signatários acreditam que a floresta pode ajudar o Pais a reerguer-se, gerando bens transacionáveis e exportáveis e emprego, contribuindo para a prosperidade da nossa sociedade, com respeito pelo ambiente e pelo futuro. Com aquele documento, lançou-se o repto para que a governância do País (Parlamento, Governo e Autarquias) não descurasse a resolução das causas profundas e estruturais que estão na origem das dificuldades da floresta portuguesa.

Assegurar uma adequada gestão da floresta é o “nó górdio” que continua a importar desfazer para responder de modo positivo aos desafios do presente e do futuro. No **Manifesto** exortam-se os decisores a concentrarem as suas atenções numa reforma fiscal inteligente e coerente, que penalize as situações de abandono e que estimule a gestão activa e profissional da terra, premiando quem faz e quem assegura o investimento e a perpetuidade das receitas. A mobilização dos mais de 400.000 proprietários (que têm que ser parte da solução!) envolve a criação de estímulos eficazes e generosos para que se associem, desbloqueando administrativamente as ZIF (e o associativismo em geral). Os recursos do Fundo Florestal Permanente, com origem numa taxa sobre os combustíveis consumidos pelos contribuintes, deveriam ter papel importante na operacionalização da prevenção dos incêndios.

Os incêndios

Em cada verão, os incêndios - desde 1980, e depois de mais de 3,5 Milhões de hectares ardidos – vêm chamar a atenção para os problemas e também para soluções há muito identificadas. O **Manifesto** apenas as recordou. Em 2012, os incêndios provocaram 7 mortos, desorganizaram vidas e empresas, destruíram casas e queimaram mais de 100.000 hectares (em Tavira, Ourém e Viseu só 3 incêndios queimaram mais 35.000ha). Mas, como em outros anos, parece voltar a discutir-se apenas o tema do combate e dos bombeiros. A comunicação social, os políticos e os cidadãos têm que se debruçar não só sobre as espectaculares consequências dos incêndios, mas sobre as suas causas. É obviamente mais eficaz (e mais barato) não ter o fogo, do que ter homens, viaturas e aeronaves, a apagá-lo. É este dilema

quase infantil que nos custa dinheiro e credibilidade, colocando a nossa segurança totalmente vulnerável aos caprichos da meteorologia.

É certo que na resposta aos incêndios de 2003, pela primeira vez e de forma sistemática - que se manteve por governos de diferentes sensibilidades políticas - o foco das políticas mobilizou saberes e recursos para o planeamento e defesa da floresta. Foi aprovado o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios - PNDFCI, ao abrigo do qual, ganhos iniciais foram alcançados, mas também se registam preocupantes indicadores que uma avaliação de progresso (aliás prevista) devia averiguar com profundidade . Hoje, por exemplo todos os municípios têm mapas que identificam as áreas de actuação prioritária, mas no terreno, a obra escasseia. O que faltou, então? Verifica-se com preocupação que nos últimos anos o investimento em Prevenção tem vindo a diminuir severamente, vendo-se um país em crise financeira dar-se ao luxo de desprezar todo o investimento em conhecimento, experiência e organização tão dificilmente adquirido.

As melhorias no Sistema de Combate a incêndios empreendidas desde 2004 são consensualmente reconhecidas. Mas a ausência de actuações na silvicultura e os comportamentos da população, a par de derivas do Fundo Florestal Permanente e da pouca eficácia do sistema judicial, continuam a conduzir inexoravelmente para o aumento do risco de incêndio. Os eventos meteorológicos dão o pretexto, mas o poderoso aparelho de combate esgota-se na tarefa de defender as vidas e bens, com prejuízos incomportáveis para os ecossistemas, para as fileiras florestais, para os proprietários de floresta, para os contribuintes, para a segurança do território e para o País, afinal. Se os terrenos em redor das aldeias e das casas não estiverem limpos (protecção civil) e a floresta permanecer por gerir (protecção florestal), por mais e mais sofisticados que sejam os meios de combate disponíveis (humanos, materiais e financeiros), eles serão sempre insuficientes. Hoje, a protecção da floresta parece voltar a estar presa a uma dinâmica de combate, de protecção civil e de voluntariado (generoso e inestimável, aliás), em detrimento de uma aposta clara na especialização profissional da defesa da floresta, que operacionalize a prevenção durante 9 meses do ano e que combata com eficácia os incêndios florestais nos 3 restantes.

Nas contas de cada campanha de incêndios, aos avultados custos de combate devem somar-se os 150 milhões de prejuízos directos na mata - que correspondem a 750 milhões de euros de produtos que deixam de ser fabricados em Portugal (com 80% de Valor Acrescentado Nacional) - os vultosos e tantas vezes irreversíveis prejuízos indirectos (nomeadamente

perdas de solo, de biodiversidade e libertação de CO_2 para a atmosfera) e as enormíssimas e mal conhecidas "rendas" pagas aos agentes do combate aos fogos.

Uma estimativa simplificada do valor assim acumulado, atinge mais de 1 bilião de Euros de prejuízo anual para a economia nacional.

Para um País pobre, o custo de uma estratégia centrada no combate aos incêndios, é pois ineficaz, ineficiente e incomportável. Hoje, mais do que nunca tem de se quebrar este ciclo vicioso, estimulando uma economia da prevenção que gere empregos no território rural (que são as regiões mais deprimidas do país!) e valorize o ambiente, criando valor na economia real. Investir na floresta, é um presente para o futuro.

Que se aproveitem estes momentos (que infelizmente o verão nos cria) para propor e discutir contributos para resolver as causas deste flagelo. Como reduzir o número de ignições? Que mudanças de atitude das instituições (estatais e particulares)? Que orçamento vai estar disponível em 2013 para limpar matos e para que "actores"? Em quantos hectares de matos e floresta se vai aplicar a técnica do fogo controlado, roçar matos ou promover a silvopastorícia? Quantas aldeias vão ficar seguras? Quem o vai fazer? Do Fundo Florestal Permanente e doutras origens, qual o orçamento que será mobilizado para a Prevenção nos próximos 5 anos? Como reativar o investimento na gestão florestal de forma sustentável nas regiões do interior e de montanha?

Não se trata de gastar mais dinheiro – que o País hoje não tem – mas sim de gastar menos, melhor e com resultados duradouros.

Na reacção a mais um ano de incêndios, é urgente que os cidadãos reclamem dos políticos, ações decisivas sobre as causas determinantes e se execute durante todo ano obra de prevenção dos incêndios , mobilizando instituições, agentes públicos e privados.

26 Outubro 2012

Os signatários, por ordem alfabética (os nomes assinalados com (*) correspondem ao grupo dinamizador da iniciativa):

Alberto de Castro
Prof. Faculdade de Economia e Gestão/U.Católica Porto. Presidente AG Centro PINUS

Álvaro Amaro
Autarca. Antigo Secretário de Estado Agricultura e Deputado

Américo M. S. Carvalho Mendes
Prof. U.Católica Porto. Presidente Direcção Ass. Florestal do Vale do Sousa

António Alberto Gonçalves Ferreira
Engº Agrónomo. Empresário agrícola e produtor florestal

António Alberto Monteiro Alves
Prof. Emérito do ISA. Antigo Vice-Reitor UTL

António Loureiro (*)
Presidente UNIMADEIRAS.
Director da Assoc. Florestal Baixo Vouga e da ANEFA – Assoc. Nac. Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Armando Carvalho
Engº Florestal e proprietário florestal

Francisco Avillez
Prof. Emérito ISA. Coordenador científico da AGROGES

Francisco Carvalho Guerra
Prof. Catedrático Jubilado Universidade do Porto. Antigo Presidente C. R. Porto / Univ. Católica.
Presidente FORESTIS – Associação Florestal de Portugal

João Ferreira do Amaral
Prof. Catedrático do ISEG aposentado.
Presidente da Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal – AIFF

João M. A. Soares (*)
Antigo Director-Geral Florestas e Secretário Estado Florestas

João Santos Pereira (*)
Prof. Catedrático I.S. Agronomia. Membro CNADS

Jorge Sampaio
Antigo Presidente da República

Lucílio Martins
Engº Silvicultor. Aposentado da DG Florestas (falecido posteriormente)

Luis Braga da Cruz
Engº Civil. Prof. Convidado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

L. Valente de Oliveira
Prof. aposentado Univ. Porto. Antigo Presidente CCR Norte.
Antigo Ministro Educação e das Obras P. e Planeamento e Adm. Território

Luisa Schmidt
Profª ICS/Univ. Lisboa. Membro CNADS

Maria do Loreto Monteiro
Profª Coordenadora aposentada.
Presidente da Sociedade Portuguesa Ciências Florestais

Pedro Bingre
Prof. Instituto Politécnico de Coimbra

Tiago Oliveira (*)
Engº Florestal

Victor Louro (*)
Engº Silvicultor. Aposentado da DG Florestas.
Antigo Secretário de Estado Estruturação Agrária e Deputado